

O bloqueio da Barra de Goa por Jacob Cooper, de 9 de novembro de 1636 até 2 de maio de 1637

Benjamin Nicolaas Teensma

Pesquisador holandês; Professor Emérito da Universidade de Leiden.

RESUMO

Este artigo trata do primeiro bloqueio de Goa em 1637 e dos relatórios ou representações que holandeses e portugueses produziram sobre ele. Tal ação naval foi motivada por razões econômicas, pois o governador-geral Van Diemen estava convencido de que a guerra na Europa entre a República das Províncias Unidas e a Monarquia Dual Ibérica não duraria eternamente, e que a Companhia Holandesa das Índias Orientais, depois da conclusão de um eventual tratado de paz com Portugal, não poderia continuar suas ações militares contra os portugueses na Ásia. Este artigo busca analisar os confrontos navais desencadeados por tal bloqueio através de três textos do período (do capitão batavo Jacob Cooper, do português Couto Sampaio e de um autor anônimo também português) que, apesar da semelhança temática, oferecem animadas parciais na interpretação ideológica. Esta documentação encontra-se disponível no Arquivo Nacional de Haia, na Holanda, e na Cleveland Public Library, Ohio, Estados Unidos.

PALAVRAS-CHAVE: Bloqueio de Goa; Companhia das Índias Orientais; Império Marítimo Português

ABSTRACT

This article is about the first blockade of Goa in 1637 and the Dutch and Portuguese reports produced of it. This naval action was motivated by economic reasons. The Governor-General was convinced that the war in Europe between the Republic of the United Provinces and the Iberian Union wouldn't last forever, and the Dutch East India Company, after the conclusion of a peace treaty with Portugal, couldn't continue with the military actions against the Portuguese in Asia. This article examines the naval confrontations triggered by this blockade through three chronicles of the period (Batavian captain Jacob Cooper, the Portuguese Couto Sampaio and an anonymous Portuguese author). Despite the similarity of themes those chronicles offer strong opinions in the ideological interpretation. These documents are available in the National Archives in The Hague, Netherlands, and the Cleveland Public Library, Ohio, USA.

KEYWORDS: Blockade of Goa; East India Company; Portuguese Maritime Empire

“Declaramos que fizemos todo o humanamente possível para prejudicar o inimigo” (JC746v *trad.*)¹

Em 1510, Portugal fundara Goa, sua capital na Ásia, numa ilha a meio caminho da Costa do Malabar. Além de Goa, o país ainda dispunha das bases Malaca, na costa do

homônimo estreito marítimo, e Macau, na costa meridional da China. Em 1619, a Holanda fundara Batávia, sua capital na Ásia, na costa setentrional da Ilha de Java. Em 1636, Antônio Van Diemen lá foi nomeado governador-geral das Índias Neerlandesas, função que iria exercer durante nove anos até sua morte em abril de 1645. Naquele período, Goa foi anualmente cercada durante a monção seca, que durava de outubro até maio, por uma esquadra naval holandesa. Isso acontecia por razões econômicas, porque o governador-geral Van Diemen estava convencido de que a guerra que na Europa reinava entre a República das Províncias Unidas e a Monarquia Dual Ibérica – da qual Portugal fazia parte – não duraria eternamente, e que a Companhia Holandesa das Índias Orientais, depois da conclusão dum eventual tratado de paz com Portugal, não poderia continuar suas ações militares contra as bases e armadas portuguesas na Ásia. Por essa razão quis, antes daquele momento, cortar as ligações marítimas diretas entre Goa e Lisboa, para que o produto asiático mais rendoso, a pimenta, não fosse mais ao mercado de Lisboa, senão ao de Amsterdã. Porque pela eliminação do mercado de Lisboa subiriam automaticamente os preços da pimenta na bolsa amsterdamesa, em benefício dos lucros da sua Companhia das Índias Orientais.

Este artigo ocupa-se unicamente do primeiro bloqueio de Goa de 1637, uma vez que por um feliz acaso foi revelada, num lugar impensado, a existência do texto duma anônima testemunha ocular portuguesa, e que acrescenta novos detalhes ao relatório oficial do comandante da esquadra holandesa, Jacob Cooper, datado em Batávia ao 7 de dezembro de 1637. O referido documento português encontra-se, duplicado e com o título “Breve relação das batalhas que o Ylustríssimo & Invito Capitão-Geral Antônio Teles deu na barra de Goa a dez naos olandezas: sete de muita força e três pequenas, que vyerão pôr sercco à dita barra com seis galeões de seu cargo”, nas folhas 772r-775v do maço documental *OBP 1638, VOC 1125*, do Arquivo Nacional em Haia, na Holanda. Pelo estilo e patetismo, foi escrito por um mui patriótico funcionário, jurista ou padre lusitano. Além

disso evidenciou-se na Biblioteca Pública (*Public Library*) de Ohio, EUA, a presença dum panfleto quase desconhecido de 1639, de dezesseis páginas e escrito por um tal Salvador do Couto de Sampaio, com o título “Relação dos sucessos vitoriosos que na barra de Goa ouve dos olandezes Antônio Telles de Menezes, Capitam-Geral do Mar da Índia, nos annos de 1637 & 1638”. Esse autor foi promotor de justiça eclesiástica no Bispado de Coimbra, e teve acesso a cartas escritas por padres jesuítas residentes em Goa (CS01, 03). Portanto, o relatório dele é mais bem documentado e concreto que o do anônimo patriota.

O *Dicionário da linguagem de marinha antiga e actual* de Humberto Leitão e J. Vicente Lopes define o termo Monção de Março como: “Nome que os roteiristas e pilotos davam à quadra normal das viagens das nossas armadas para a Índia que lhes permitia ir atravessar o Índico, ‘por fora’ ou ‘por dentro’ da Ilha de S. Lourenço com ventos da monção de SO. Partiam do reino em Março para chegarem a Goa em Setembro.” Nos séculos 16 e 17 tanto os portugueses como os holandeses conheciam bem aquele fenómeno da natureza, porque a programação das suas viagens e expedições marítimas dependia desses alísios. Assim só durante alguns meses determinados era possível velejar entre Moçambique e Goa, ou de Batávia à Costa do Malabar, a viagem do regresso só sendo possível vários meses depois. Na Costa do Malabar a monção do inverno com ventos de oeste começa em maio, e a do verão com ventos de leste em outubro. Leia-se a esse respeito o capítulo 34: “Das estações do ano na Índia e das doenças etc.” nas páginas 166-169 de J. H. Van Linschoten, *Itinerário, viagem ou navegação para as Índias orientais ou portuguesas*, Lisboa 1997. Por isso um bloqueio da Barra de Goa só entre outubro e maio foi possível.

Dá-se o nome Goa tanto à antiga colônia portuguesa daquele nome na Costa do Malabar, como à capital homônima dela. A cidade de Goa fica numa ilha que do lado do norte tem por fronteira o Rio Mandovi, do leste um riacho, do sul o Rio Zuari, e do oeste o Mar da Arábia. Ao norte da ilha fica o Cabo da Aguada com o Forte da Aguada, e ao sul

o Cabo Mormugão com o Forte Mormugão. Entre esses dois cabos estende-se a Barra de Goa. Na costa ocidental da ilha há um cabo com o Forte do Cabo. Esses três fortes deviam proteger o porto e a cidade de Goa de eventuais ataques vindos do mar. Ao sul do Cabo Mormugão há quatro ilhotas que, nos textos em questão, são indicadas como as ilhas. A uns 35 quilômetros ao norte da Barra de Goa, e já em território do sultanado de Bijapur – aliado dos holandeses –, estava o porto de Vengurla, onde a Companhia das Índias Orientais durante suas campanhas contra Goa podia comprar víveres e reparar suas naus avariadas.

O Comandante Jacob Cooper residia como almirante da esquadra de bloqueio na nau chamada *Utrecht*; como contra-almirante, o Capitão João Brouwersz ia na Nau *Hof van Holland*. As cinco outras naus chamavam-se *'s-Gravenhage* (= Haia), *Egmond*, *Veere*, *Vlissingen* e *Zeepaard* (= cavalo-marinho). Da esquadra faziam parte também os iates *Holândia*, *Roterdã* e *Voorburg*. Como autoridades civis com ela viajaram ainda dois comerciantes-mores e um comerciante ordinário. Jacob Cooper bem tinha querido chegar a Goa no começo da monção do verão e portanto na primeira semana do mês de outubro, mas por falta de efetivos militares e materiais em Batávia seus navios só estavam em franquia ao final de agosto de 1636 (JC739r). Pelo Estreito de Malaca e do arquipélago das Maldivas velejaram ao norte, chegando à parte meridional da Costa do Malabar, perto de Cochim, a 21 de outubro. Na altura de Calicute, proviram-se de água, certo número de bois e outros víveres, e finalmente só ancoraram diante da Barra de Goa a 9 de novembro de 1636 (JC738r/v).

E assim chegaram tarde demais para ainda capturar no mar o navio ricamente carregado que anualmente chegava de Lisboa no mês de outubro. Os portugueses chamavam esse cargueiro anual de 'carraca' ou 'nau da viagem do reino', a qual os holandeses chamavam e *kraak*. Outro nome naval com equivalente holandizado era o do patacho, ou seja 'patache' entre os neerlandeses: um ligeiro iate de reconhecimento. No entanto, a mútua terminologia náutica nem sempre era idêntica, porque o *schip* dos holandeses

era a nau ou galeão dos portugueses; e a embarcação portuguesa a que Jacob Cooper se referia com o nome *fergat* não deve identificar-se com o *fregat* holandês da atualidade, senão com a fragata lusitana: ligeira galé veleira com a incumbência de levar a reboque os pesados galeões nos momentos de correntes ou ventos contrários.

"Vimos ancorados debaixo do castelo da Aguada seis galeões, uma caraça, dois patachos e muitas fragatas. Também cinco navios e iates ingleses" (JC738v *trad.*). – "Entretanto ficamos noite e dia prontos para lutar, porque o inimigo tinha os gurupeses elevados, as vergas nos topos, as velas içadas, de modo que todas as horas o esperamos" (JC739r *trad.*).

As três fontes mencionam repetidamente os problemas que suas esquadras experimentavam para chegar na boa disposição a barlavento do inimigo com ventos que cada parte do dia mudavam de direção. Porque nas madrugadas soprava um vento da terra para o mar, nas tardes do mar para a terra, e nos intervalos reinavam as calmarias. Nas calmarias, os holandeses estavam obrigados a ficar inativos, ao passo que os portugueses então podiam aproveitar-se das suas fragatas, aliás 'navios do remo'.

No texto de Jacob Cooper, o magistrado superior da Companhia das Índias Orientais em Batávia, o Governador-Geral Antônio Van Diemen, é três vezes mencionado sem nomes próprios como 'nosso Senhor General'. Nas fontes portuguesas, o magistrado colonial superior em Goa, o vice-rei, só uma vez é mencionado com nomes próprios: Pedro da Silva, em CS3. A esquadra holandesa de Cooper compunha-se de sete navios e três iates; a esquadra portuguesa do Capitão-Geral Antônio Teles de Menezes compunha-se de dois galeões grandes e quatro menores, com certo número de fragatas ou 'navios do remo'. Os nomes dos comandantes portugueses são mencionados em CS4. A fonte anônima qualifica os navios holandeses de naus e diferencia nessa categoria uma 'nau fiscal' com 52 peças, uma 'nau capitana' com 50 peças,

e uma 'nau almiranta' com 48 peças. Na esquadra portuguesa, o autor anônimo distingue uma 'capitana' sob comando de Antônio Teles com 54 peças, uma 'almiranta' com 41 peças, e durante a segunda batalha naval de 11 e 12 de fevereiro também a já mencionada caraca ou 'nau do reino'. Cooper fala sempre da armada espanhola com almirante e vice-almirante espanhóis.

Goa não produzia víveres suficientes para sua população. Além disso, seu porto foi o lugar onde os produtos coloniais que anualmente se mandaram a Lisboa nas naus do reino, se reuniam. Isso significava que constantemente de todas as partes da Ásia as cáfilas carregadas de víveres, especiarias, tecidos, minérios e materiais de construção se dirigiam ao porto de Goa. Assim, os bloqueios holandeses dessa barra em 1636 e anos subsequentes gravemente perturbaram aquele abastecimento. Por tal razão era evidente que as autoridades locais se esforçariam energicamente pela expulsão das armadas inimigas, ainda que também soubessem que não deviam sacrificar seus escassos e custosos galeões em arriscadas batalhas navais. Tal dilema evidencia-se claramente nas duas fontes portuguesas, onde o vice-rei se esforça por adiar a luta, ao passo que o capitão-geral com seus oficiais e marinheiros insiste em ações imediatas. Finalmente, depois de várias reuniões indecisas, Antônio Teles decidiu-se, a 6 de janeiro de 1637, a escrever uma carta contundente ao vice-rei, na qual disse que mais demoras seriam injustificáveis porque, desse modo, os portugueses perderiam sua reputação perante os monarcas nativos, porque a cada momento se esperavam navios de fora, e porque a honra da nação portuguesa e da fé católica estavam em jogo (CS3/4, PA772v).

para grande alegria do capitão-geral, na reunião seguinte foi decidido atacar o inimigo. Com entusiasmo, prepararam-se os galeões; apresentaram-se os voluntários da nobreza e da burguesia; da cidade a gente apressou-se aos fortes costeiros para observar a próxima luta; por todas as partes organizaram-se as procissões e as penitências; em muitas igrejas descobriu-se o Santíssimo (PA772v); inúmeros fiéis acudiram às confissões e às comunhões; o capelão-

mor da armada proferiu um emocionante sermão numa missa com música de trombetas, charamelas e frutas, e com agitação de ramos de palma, bandeiras e rabos de galo (PA773r). A 20 de janeiro estava tudo em ordem e o vice-rei fez sua visita de inspeção à frota (CS4, JC740r).

No dia seguinte, uma hora antes do nascer do sol, o contra-almirante holandês Jan Brouwersz no seu navio *Hof van Holland* apercebeu, pelo insólito barulho nos galeões inimigos, que eles estavam se preparando para zarpar. Em seguida deu alarde, pelo que a esquadra holandesa içou as âncoras, para dirigir-se a velas reduzidas um pouco mar adentro. No duelo de artilharia que se seguiu, o navio *Hof van Holland* conseguiu pôr fora do combate dois galeões inimigos. Graças ao vento matutino de terra para o mar, ao começo a esquadra portuguesa se achou na melhor posição ao barlavento dos holandeses, mas quando aqueles – pela mudança da direção do vento na hora da tarde – obtiveram a melhor posição, o vice-rei português por um tiro de canhão deu a ordem que o restante da sua armada se retirasse (CS5/6, JC7773v, PA741r/v). Nessa batalha, os holandeses estragaram dois galeões portugueses, e os portugueses os navios inimigos *Utrecht* e '*s-Gravenhage*, com a morte do comerciante-mor Benjamin Van der Burch. O objeto principal dos portugueses fora o aniquilamento do principal navio holandês *Utrecht* ou, por outras palavras 'a nau fiscal do inimigo' (JC773v).

Naturalmente, os mútuos relatórios da batalha não são congruentes, porque ações que por um partido são apresentadas como manobra tática, são qualificadas como fuga pelo outro. Todas as fontes mencionam os danos ocasionados aos mastros e cordames da *Utrecht*. Segundo a fonte holandesa, do lado português havia três fragatas cheias de mortos e uns setenta feridos, e do lado deles só oito mortos e quinze feridos (JC741v/742r). O patriota anônimo não menciona as perdas holandesas, e só quatorze mortos e feridos do lado deles (PA773v), ao passo que Sampaio refere quatorze mortos próprios e igual ao número de feridos, ao lado de nada menos que 700 mortos e 217 feridos holandeses (CS7).

“Paressendo ao vizorey e mais gente avião morta muita gente, sabendo que entre feridos e mortos não avia que catorze – entrando sete pretos – levantou o arcebispo ao mãos ao ceo dando graças a Deos das mercês que nos tinha feito. Vizorey veo a bordo da capitana das as graças ao general, fidalgos, soldados, oficiais e gente de mar do bem que o avião feito” (PA773v).

“Nesta última batalha o almirante espanhol nos estragou muito, porque nos arrancou a verga da gávea e o tamborete do mastro do traquete; também um tiro longitudinal pelo gurupés de cinco pés de comprimento. Nosso mastro do traquete ficou tão atingido que ameaçou cair pela borda fora” (JC741v *trad.*).

Felizmente, tais danos materiais podiam ser restaurados em seguida, mas não os imateriais causados pelo comportamento covarde dos comandantes dos navios *Egmond*, *'s-Gravenhage*, *Vlissingen* e *Zeepaard*, que nem tiveram a coragem de aproximar-se aos galeões inimigos. O almirante Cooper viu-se forçado, portanto, a qualificá-los de ‘patifes perjuros’ (JC741v). Daquela primeira batalha naval do dia 21 de janeiro de 1637, Sampaio fez um extenso relato nas páginas 5-7 do seu panfleto, com o bombardeamento do galeão português *São Filipe* como dramático clímax. Depois da batalha, aquela nau resultou ser inaproveitável, de modo que as trintas peças que tinha foram descarregadas para reforçar o armamento dos demais galeões (CS7).

Como oficial da Marinha, Jacob Cooper não devia ocupar-se de assuntos diplomáticos. No máximo podia facilitar a realização deles, tal como fez em janeiro de 1637 mandando dois navios da sua esquadra à feitoria da Companhia das Índias Orientais em Dabul para entregarem as instruções de Batávia ao Embaixador Johan Van Twist para a missão diplomática dele à corte do sultão de Bijapur. Claro que Cooper só soube dos resultados daquela embaixada depois da sua volta a Batávia, mas como eles lhe interessavam bastante não deixou de incluí-los

no seu relatório aos dezessete Diretores Supremos da Companhia na Holanda:

“Também mandamos cartas ao nosso Embaixador Van Twist em nome do nosso Senhor General (Antônio Van Diemen) para instigar o sultão de Bijapur a que seu povo cercasse Goa do lado da terra, para que dito território fosse reduzido a grande penúria, uma vez que assim a importação dos víveres pode ser cortada por terra e por mar, com o resultado que dito Goa em breve tempo cairia nas mãos de Sua Majestade o Sultão. Logo depois o Sultão de Bijapur entrou em conselho com seus ministros, respondendo como segue: Este ano é tarde reunir a minha cavalaria e infantaria para cercar Goa do lado da terra, mas se a armada holandesa se decidir a voltar aqui no ano que vem, comunicando-me a tempo, então terei a minha gente preparada para o cerco de Goa” (JC740r *trad.*).

Acima ficou dito de passo que, em chegando, os navios da esquadra holandesa de bloqueio viram ancoradas cinco embarcações inglesas na Barra de Goa. Nessa altura a Inglaterra vivia em pé de paz com os portugueses na Ásia, tratando de obter em boa consulta seu quinhão no negócio das especiarias tropicais. O negociador britânico encarregado de realizar tal tarefa foi um tal Capitão John Weddell. A 27 de janeiro de 1637 concluíra suas negociações com os portugueses, preparando-se para sair do porto de Goa. A caminho fez uma visita de cortesia ao comandante neerlandês Jacob Cooper na *Utrecht*. Ele assim descreveu essa visita no seu relatório aos XVII Diretores da Companhia das Índias Orientais:

“Nos despedimos em boa amizade um do outro. Durante a entrevista eu lhes disse que se abstivessem doravante dos contatos com os portugueses, e que com ajuda nossa tratassem de expulsá-los da Ásia, porque a Inglaterra e a Holanda devíamos seguir vivendo em paz” (JC742r/v *trad.*).

John Weddell evidentemente foi um diplomata experimentado, porque não deu nenhuma resposta concreta à atrevida sugestão do Capitão Cooper, já que esse como oficial de marinha não era autorizado de formular tais propostas diplomáticas. Como prova da perícia política do Senhor Weddell, o patriota anônimo refere como o inglês, no dia antes da batalha naval do 21 de janeiro, oferecera a Antônio Teles duas pistolas e um molho de plumas brancas e vermelhas, com o pedido de fixá-las durante a briga, como penacho no chapéu. Atenção a que o capitão-geral reagira com a recompensa dum anel do valor de 300 patações (PA772v). Sampaio refere-se a tal recompensa como diamante do valor de 2.500 cruzados (CS5). Para os holandeses, a seguinte e sem dúvida intencionalmente ventilada notícia do capitão inglês terá sido de grande importância prática:

“Também declarou que os portugueses estavam preparando tudo para a próxima saída, que estavam reforçando a carraca com sessenta peças, e que estavam retirando quantas (peças) podiam das demais naus” (JC742r *trad.*).

Depois do 27 de janeiro, durou ainda duas semanas para que os portugueses tivessem suas naus prontas para a nova batalha naval. Na madrugada de 11 de fevereiro, saíram finalmente da barra para o norte, e na tarde daquele dia teve lugar o primeiro encontro, sem graves danos para qualquer um dos dois partidos. Durante a noite, as duas esquadras barlaventaram para o sul às ilhotas detrás do Cabo Mormugão, e no decorrer do dia 12 de fevereiro ocorreu a principal batalha de todo o bloqueio. Cooper a descreveu como marinheiro perito com detalhes de primeira mão; o autor anônimo como diletante e a base de rumores; e Sampaio como repórter eloquente e bem informado. No seu relato, os três correspondem na descrição das dificuldades que os ventos sempre mudáveis entre leste e oeste com suas intermitentes calmarias causavam à execução das manobras das duas esquadras, porque naturalmente a intenção de cada uma era a de atacar o inimigo na melhor disposição possível do barlavento.

Da própria experiência, o Comandante Cooper sabia que as naus holandesas eram mais ligeiras e manobráveis que as portuguesas: “Cada perito da navegação sabe que é lícito dizer com palavras claras que as nossas naus são mais maneáveis que as deles” (JC739v *trad.*), mas infelizmente essa vantagem era invalidada nos momentos críticos pela cobarde deserção de quatro capitães da sua esquadra: os ‘patifes perjuros’ que comandavam as naus *Egmond*, ‘s-Gravenhage’, *Vlissingen* e *Zeepaard* (JC744v, 745v). Além disso, os portugueses serviam-se da artimanha – nos seus olhos inadmissível – das fragatas que, nas calmarias, vinham rebocar os galeões portugueses fora do perigo:

“Perfeitamente observamos a grande vantagem que os galeões dos ‘corajosos’ inimigos tiravam das suas fragatas, sobretudo nas calmarias, porque outro modo não lhes teria sido possível escapar-se das nossas mãos quando, na noite de 12 de fevereiro, os tínhamos encurralados entre a terra e nossas naus, porque com o vento da terra teriam sido soprados para nós, e com o vento do mar os teríamos podido atacar segundo nossa vontade, de modo que, graças a essas fragatas, os galeões e a carraca deles escaparam desse grande perigo” (JC745r *trad.*).

O objetivo principal dos dois partidos era o de destruírem as naus mais poderosas do oponente. Segundo o patriota anônimo, elas foram, na esquadra portuguesa, a capitana ou carraca de 54 peças, e a almiranta de 48; e na esquadra holandesa a nau fiscal ou *Utrecht* de 52 peças, e a capitana ou *Hof van Holland* de 50 peças. Durante os caprichosos episódios da batalha dos dias 11 e 12 de fevereiro, cada partido tinha suas oportunidades de alcançar esse objetivo. Foi no dia 12 que a luta entrou na fase mais dramática. A fonte anônima formulou-a desta maneira:

“Entrou a viração sedo, e com ella se veio o imigo em poupa de mandar a armada, todos em huma ala. (...) Chegando o imigo muito,

querendo recobrar o que tinha perdido, deram todas a carga na capitana e foram passado pella nao, e o mesmo e na almeranta. Surgiu a nao por não poder virar na volta do imigo, tendo dado suas cargas e bem empregadas. Virou o general sobre elles todos, e almiranta sobre huma nao. Foram três sobre ella de força. Foi virando a capitana em roda por entre todas, dando suas cargas de 54 pessas que traz. Perdeu o imigo o barlavento. Baralharam-se todos, a que se travou a mayor briga que tem ávido no mar salgado: dito por homens versados nellas e o nosso condestable-mor, que desbrigou 28 vezes com elles, mas não tão triscadamente. Durou esta batalha das duas oras da tarde até noite fechada, e com ella ficaram atrás quóantas nossas armadas neste estado e de Espanha tem tido com estes e outros borachos. (...) Da armada de remos disseram lhes parecera o galeão capitana hum inferno, e não menos o almiranta" (PA774v/5r).

E a fonte holandesa formulou assim outro episódio da mesma batalha:

"Uma vez que o almirante espanhol e a carraca se encontravam distanciados um tiro grande de meio quartau a barlavento dos seus galeões, e dita carraca a dois grandes tiros de mosquete ou mais detrás do seu almirante, estivemos resolvidos a atacar esses dois capitais galeões com a nossa Nau *Utrecht*, porque o almirante espanhol nos tinha cedido seus rumos, e a nós sobraria o tempo para carregar outra vez as peças antes de estarmos ao lado da carraca. Entretanto o almirante espanhol sofreria todas as forças da nossa armada, e nós voltaríamos a atacá-lo com o *Utrecht* antes da saída da nossa quinta nau; de modo que segundo todos os critérios humanos seria impossível que qualquer galeão suportasse tantas forças, e que não deixaria de nos cair nas mãos" (JC743r trad.).

Os três textos revelam mais dessas parrelhas sinópticas, mas levaria longe apresentá-las todas. Além da semelhança temática, elas oferecem animadas parciaisidades na interpretação ideológica. Depois de 12 de fevereiro não ocorreram mais batalhas, embora não faltassem as provocações para aceitá-las. Mas por causa das calmarias, falta de motivação, e talvez também por cobardia, várias oportunidades não foram aproveitadas. Também tinha chegado o momento de reparar os danos e de fazer o balanço dos mortos e feridos desta segunda batalha naval. E também aqui resulta haver surpreendentes diferenças. Diz o texto holandês:

"Soubemos de fonte segura que o inimigo teve 165 mortos e mais de 300 feridos, e isso só nesta segunda batalha. Nós só tivemos quinze mortos com 45 feridos, cuja maioria entretanto já ficou curada" (JC745r trad.).

No entanto, o português anônimo oferece essas cifras:

"Correo o nosso general os galeões. Parecendo-lhe avia muita gente morta não achou mais que hum homem na almiranta e três feridos, e no seu galeão dois brancos e hum preto, e três feridos" (PA775r).

Sampaio refere quatro mortos e doze feridos do lado português, além dum número desconhecido mas sem dúvida muito elevado entre os holandeses (SC9). A respeito dos danos materiais na esquadra inimiga, diz o autor anônimo:

"Afastou-sse o inimigo levando vergas de traquete e gávias embaixo, e à vista feitos muitos e mui grandes buracos no casco, que toda a noite gastou em pendores; e sem dúvida se o mar não fora tão plaino hiriam algumas ao fundo" (PS7775r).

Foi portanto mais que motivado que, depois da batalha, o capitão-geral português foi elevado aos céus por eloquentes eclesiásticos e melodiosos coros de meninos:

“Ouve nesta cidade mil louvores em púlpitos por religiosos muy doctos, entrando meninos em endechas e chácaras o valor e esforço de tal general, dizendo a vozes repetidas: Viva o Grão Antônio Teles, Honrra da Índia e Nação Portuguesa” (PA775r).

No seu relato, o autor anônimo não foi além dos acontecimentos do dia 13 de fevereiro de 1637, ao passo que o bloqueio ainda durou até ao dia 2 de maio. Na sua conclusão final, tem-se esforçado por denegrir quanto possível as ações holandesas. Seu parágrafo final, portanto, reza assim:

“Continua o imigo com o serco por guardar o regimento que tem que diz o faça até abril, mas não como antes que surge afastado, e já o ouvera de quebrar se não fora perdendo de todo o crédito com os mouros. O seu general, por nome Jacob Cooper, se offereceu para esta empresa, e que não deixaria entrar nem sair couza alguma como fazia antes das brigas; mas depois delas entram e saem nossas embarcações do alto e baixo borde, navegam nossas cáfilas, não teve de preza mais que humana mourisca de hum vassalo do Mogor que vinha carregada de madeira para esta cidade da de Couchim” (PA775v).

Contrariamente, Couto de Sampaio pôde apreciar as qualidades náuticas dos holandeses. “Com a vida de pilhagem que exercitam nos levam conhecida vantagem em canhões e artilheiros, enchendo de admiração todos os séculos futuros.” E também: “Não lhes posso negar incomparável indústria e diligência, porque ficando huma de suas naos com o goroupés descavalgado e feito em achas, ao outro dia amanheceu sem que se enxergasse falta” (CS8). O panfleto dele descreve também o cerco do ano de 1638 que, por motivos óbvios, deixei fora de consideração neste artigo. Mas é evidente que as repetidas fugas dos capitães ‘perjuros’ dos navios *Egmond*, *’s-Gravenhage*, *Vlissingen* e *Zeepaard* não escaparam da atenção dos portugueses. Finalmente a cobardia deles não

deixaria de prejudicar a reputação do próprio Jacob Cooper; de todos modos, Sampaio chegou a essa conclusão no último parágrafo que dedicara ao cerco de 1637:

“Porque foy tão notória a covardia com que peleijou, foy deposto do cargo de geral em aportando a lacatrá, e em seu lugar eleito o mais experimentado capitão que nestas partes tinham, chamado Adam Westerwolt” (CS10).

Quão grandemente contrastaram essas conclusões dos oponentes portugueses com a opinião do próprio Jacob Cooper. Quando ele na seguinte conclusão fala de “três naus nossas” quer dizer que, das sete naus que integraram a esquadra de bloqueio holandesa, no momento crítico só três se comportaram devidamente, a saber as nomeadas *Utrecht*, *Hof van Holland* e *Veer*, e que os comandantes das outras como ‘patifes perjuros’ se tinham manifestado tão cobardes que a tripulação do *Utrecht* estivera a ponto de linchá-los. “Correram o perigo de ser trucidados por nossa gente” (JC744r trad.). Porque apesar dessa redução de suas forças estava convencido de ter cumprido devidamente as ordens dos diretores da sua Companhia Batávia, em proveito da Companhia das Índias Orientais:

“Estando aqui na costa da Índia diante das portas de Goa pegamos a força marítima de Portugal com só três naus nossas do mar afora e por baixo das suas fortalezas. Também impedimos a saída de carracas e outros galeões carregados de fretes de retorno a Portugal, pelo que não deixarão de subir os preços das especiarias de Vossas Excelências” (JC745r trad.).

O Comandante Cooper, por outras palavras, ficou muito contente dos resultados da sua missão. Ela terminara em maio. “A dois de maio saímos de Goa com toda a armada rumo a Batávia, onde ancoramos seis semanas mais tarde” (JC745v trad.). Isso deve ter sido por volta do dia 14 de junho de 1637. Mas se na sua volta contara com uma recepção calorosa, essa ilusão em seguida foi frustra-

da pela cínica pergunta de uma personagem anônima que seguramente pertencia ao Conselho das Índias porque assistia a reuniões onde se bebiam custosíssimos garrafões de vinho do Reno do valor de uma peça-de-oito ou seja de um risdale. Segundo Cooper, formular uma pergunta tão obtusa equivalia a “um erro tão grande como a argola duma âncora de mais de 3.000 libras de peso e pela qual pode passar um boi” (JC746r *trad.*). A pergunta em questão foi esta:

“Chegando a Batávia na opinião de que o serviço que realizáramos em Goa seria muito

agradável a Vossas Excelências, nos perguntaram porque não tínhamos tomado e levado a Batávia a armada espanhola” (JC746r *trad.*).

Como funcionário subordinado, Cooper unicamente podia tragar a ofensa e comunicá-la aos dezessete diretores da Companhia das Índias Orientais na Holanda. Porque como “fiel servidor” terminou seu relato com o voto tradicional: “Aqui termino rogando a Deus mantenha Vossas Excelências em boa saúde e prosperidade” (JC746v *trad.*).

FONTES:

Anônimo, 1637. – *Breve relação das batalhas que o Ilustríssimo e Invicto Capitão-Geral Antônio Teles deu na Barra de Goa a dez naos olandezas: sete de muita força e três pequenas, que vyerão pôr serco a dita barra, com seis galeões de ser cargo.* (Arquivo Nacional Haia, OBP 1638, VOC 1125: 772r-775v.)

Cooper, Jacob. (Relatório, Batávia, 7 de dezembro de 1637.) – *Edele Erentfeste Achtbare Wijse em Welvoorsienige Heeren, Mijn Heeren Mayoors van de Vereenichde Geoctroyeerde Oost-India.* (Aos Ilustríssimos Senhores Directores da Companhia das Índias Orientais.) (Arquivo Nacional Haia, OBP 1638, VOC 1125: 738r-746v.)

Couto de Sampaio, Salvador do. *Relação dos successos vitoriosos que na Barra de Goa houve dos hollandezes Antônio Teles de Menezes, Capitão-General do Mar da Índia, nos annos de 1637 e 1638.* Coimbra, Lourenço Craesbeeck, 1639. (Cleveland Public Library, Ohio, E.U.A.)

BIBLIOGRAFIA:

Álvarez Nunes, Maria Tereza. “Oceano Índico.” In: Albuquerque, Luis de, & Francisco Contente Domingues, (Coordenadores). *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, 1: 526-528. Lisboa, Caminho, 1994.

Atlas de Portugal Ultramarino e das grandes viagens portuguesas de descobrimento e expansão. Lisboa, Ministério das Colônias, Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais, 1948.

Gommans, Jos, Jeroen Bos & Gijs Kruytzer. *Grote Atlas van de Verenigde Oost-Indische Compagnie*, 6: *Voor-Indië, Perzië, Arabisch Schiereiland.* (Grande Atlas da Companhia das Índias Orientais, 6: Índia, Pérsia, Península Arábica.) Voorburg, Atlas Maior, 2010.

Leitão, Humberto, & José Vicente Lopes. *Dicionário da linguagem de marinha antiga e actual.* 2ª ed. Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações do Ultramar, 1974.

Linschoten, Jan Huygen van. *Itinerário, viagem ou navegação para as Índias Orientais ou Portuguesas*. Edição preparada por Arie Pos e Rui Manuel Loureiro. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

Roelofs, M. Antoinette P. *De vestiging der Nederlanders ter kuste van Malabar*. (O estabelecimento dos Holandeses na Costa do Malabar.) 's-Gravenhage, Martinus Nijhoff, 1943. (Verhandelingen van het Koninklijk Instituut voor de Taal-, Land- en Volkenkunde van Nederlandsch-Indië 4.)

Silva, Daya de. *The Portuguese in Asia. An annotated bibliography of studies on Portuguese colonial history in Asia, 1498-c. 1800*. Zug, IDC, 1987. (Bibliotheca Asiatica 22.)

Veen, Ernst van, & Daniël Klijn. *A guide to the Sources of the History of Dutch-Portuguese Relations in Asia, 1594-1797*. Leiden, Institute for the History of European Expansion, 2001, (Intercontinenta 24.)

Witteveen, Willem Menno. *Antonio van Diemen. De opkomst van de VOC in Azië*. (O desenvolvimento da Companhia das Índias Orientais na Ásia.) Amsterdam, Pallas Publications, 2011. (Tese de doutoramento, Universidade de Leiden, 10 de março de 2011.)

¹ As citações das fontes primárias são providas, entre parênteses, dos números das suas folhas ou páginas. Além disso, as traduções das fontes holandesas são providas da menção *trad.* As fontes citadas são individualizadas pelas seguintes abreviações em letras maiúsculas:
CS = Couto Sampaio, JC = Jacob Cooper, PA = Patriota Anônimo.